

GOVERNO DE
PORTUGALSECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

DIREÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO CENTRO
SAÍDA: 837060
DATA: 10-01-2013

Reunião do P.D.H.

11-12-2013

9

Exma. Senhora

Dra Maria Margarida M V Teixeira Bento

Diretora de Serviços da CCDRC

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000 – 069 Coimbra

c/c CM Oliveira do Hospital

Sua referência
DOTCN 1895/12
PDM –CO-11.00/1-02.

Sua comunicação

Nossa referência
(96)06.11/03

Ofício nº 178

ASSUNTO: Revisão do PDM de Oliveira do Hospital – 8.ª Reunião Plenária para aprovação do parecer final

Relativamente ao assunto em epígrafe, atenta reunião de 04.01.2013, leva-se ao conhecimento de V. Exa. apreciação técnica à proposta de plano, no âmbito do Património Cultural.

A)Regulamento

No ponto (2) da alínea b) do **artigo 6.º**, propõe-se que a redação " Imóveis classificados como Imóvel de Interesse Público" seja substituída por "Imóveis classificados como de Interesse Público".

A alínea (p), Imóveis classificados como Imóvel de Interesse Municipal, se designe por "Imóveis classificados como de Interesse Municipal" e constituir o ponto 3) da mesma alínea b) deste artigo 6.º. Neste caso deve ser retirada a referência à zona de proteção de 50 metros.

Relativamente aos bens imóveis em vias de classificação, deve ser efetuada a seguinte atualização:

- A Igreja de São Gião, Paroquial de São Gião, incluindo todo o seu património integrado foi classificada como Monumento de Interesse Público (MIP) e fixada a respetiva Zona Especial de Proteção (ZEP), através da Portaria n.º 740-BH/2012, publicada em DR, 2ª Série, n.º 248 de 24 de Dezembro;
- A Pousada de Santa Bárbara foi classificada como Monumento de Interesse Público (MIP), através da Portaria n.º 740-AG/2012, publicada no citado DR, 2ª Série, n.º 248 de 24 de Dezembro. Dispõe de Zona de Proteção de 50 m;



- O Convento do Desagravo matem-se em vias de classificação até à publicação da classificação como MIP e fixada a respetiva ZEP, conforme projeto de decisão constante do Anúncio n.º 13597/2012, publicado em DR, 2.ª série, n.º 202 de 18 de outubro.

Refere-se que esta atualização deve ser considerada nas restantes peças da proposta de plano.

Artigo 46.º - Relativamente ao articulado concorda-se com o proposto. No entanto devem prever-se medidas de salvaguarda de património arqueológico subjacente, já que estes aglomerados urbanos podem ser de reconhecida antiguidade. Propõe-se que se acrescentem orientações ou delimitações que promovam a conservação dos bens arqueológicos existentes. Assim no ponto 3, propõe-se que se possa fundamentar a deliberação sobre dispensa do cumprimento do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sobre número mínimo de lugares para estacionamento, se estes tiverem de ser alcançados em pisos abaixo da cota de soleira, nas mais-valias arqueológicas que se possam ter conservado.

Propõe-se igualmente, que se acrescente um ponto 5, de modo a que a salvaguarda e valorização dos centros históricos, inclua medidas de minimização relativas ao património arqueológico jacente, em todos os tipos de obras que impliquem a remoção de solos.

Artigo 74.º - Concorde-se com as definições apresentadas, não se propõe qualquer alteração.

No entanto relativamente aos achados fortuitos propõe-se que seja acrescentado o ponto 3, estipulando-se que se se comuniquem achados fortuitos às autoridades policiais competentes territorialmente e ao organismo da tutela, nos prazos previstos, de harmonia com o disposto na legislação aplicável.

Relativamente á possibilidade de haver necrópoles na envolvente dos espaços sagrados construídos antes do final do século XIX, propõe-se que se estipule, em ponto 4, que ficam sujeitos a consulta da entidade tutelar os projetos ou intervenções que possam causar danos ao património jacente.

Artigo 75.º n.º 2 – Concorde-se com a necessidade de criar perímetros de proteção na envolvente dos sítios arqueológicos. Atendendo ao facto deste tipo de património se encontrar, frequentemente, enterrado, deverá a área a delimitar, possuir um carácter meramente indicativo. Propõe-se que a redação do articulado do nº 2 possa refletir o carácter indicativo da zona de proteção dos sítios arqueológicos, por ser muito difícil detetar a dispersão do património enterrado.

**Artigo 76.º-**

Relativamente ao Património classificado e em vias de classificação importa, no **ponto 1-**, considerar-se a seguinte redação:

- Nos bens imóveis classificados, de interesse nacional ou público, qualquer intervenção ou obra, carece de autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração do património cultural;
- O pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia relativos a obras ou intervenções em bens imóveis classificados, ou em vias de classificação, inclui obrigatoriamente um relatório prévio elaborado nos termos previstos na legislação em vigor neste âmbito;
- Nas zonas de proteção de bens imóveis em vias de classificação ou classificados como de interesse nacional ou de interesse público, as operações urbanísticas admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização previstas no regime jurídico da urbanização e da edificação, carecem de prévio parecer favorável do órgão legalmente competente da administração do património cultural;
- A alienação de bens imóveis classificados, ou localizados nas respetivas zonas de proteção, depende de prévia comunicação escrita ao serviço competente da administração do património cultural, para efeitos de instrução de procedimento de eventual exercício do direito de preferência.

Concorda-se com o teor das disposições apresentadas, não se propõe qualquer alteração, no que ao património arqueológico diz respeito.

B) Planta de Ordenamento – Património Cultural e Natural

Importa atualizar a situação dos bens imóveis referenciados como em vias de classificação, nomeadamente: a delimitação da Igreja de S. Gião como MIP e delimitação da respetiva ZEP; a delimitação da Pousada de Santa Bárbara como MIP e delimitação da ZP 50 m, e a delimitação do Convento do Desagravo e delimitação de ZEP, conforme anúncio n.º 13597/2012, publicado em DR, 2.ª série, n.º 202 de 18 de outubro.

C) Planta de Condicionantes

Importa também aqui atualizar as situações seguintes:

Nos Imóveis Classificados como de Interesse Público

- "Pousada de Santa Bárbara", Monumento de Interesse Público (MIP), Portaria n.º 740-AG/2012. Dispõe de Zona de Proteção de 50 m;

GOVERNO DE
PORTUGALSECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

- "Igreja de São Gião", Monumento de Interesse Público (MIP) e fixada a respetiva Zona Especial de Proteção (ZEP), Portaria n.º 740-BH/2012.

Nos Imóveis em vias de classificação

- O "Convento do Desagravo" e Zona Geral de Proteção de 50 m, até à publicação da classificação como MIP e fixação da respetiva ZEP, conforme projeto de decisão constante do Anúncio n.º 13597/2012.

Refere-se ainda necessidade de aferir delimitações efetuadas, distinguindo o bem imóvel da respetiva zona de proteção.

D)Relatório Parte I - ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

Relatório. Parte II – Proposta (versão 05)

. Propõe-se que, nos objetivos estratégicos relacionado com os bens culturais, o património arqueológico possa ser integrado cabalmente, o que implica que se deve prescindir da expressão "património cultural construído de referência", pois o conceito deverá ser alargado aos casos em que os vestígios não têm expressão arquitetónica.

. Propõe-se que se reconheça a necessidade de dotar os planos de pormenor e os planos de urbanização dos meios necessários à promoção de medidas de salvaguarda dos bens arqueológicos conservados.

. Propõe-se que se adotem medidas cautelares relativamente a necrópoles conservadas na envolvente de espaços sagrados cuja origem anteceda a legislação em vigor sobre sepultamento em espaços reservados e oficialmente consagrados.

. Propõe-se que as obras a realizar em meios húmidos e nas margens dos cursos de água antigamente navegáveis, promovam a adoção das medidas de prospeção adequadas às questões do tráfego fluvial e seus portos.

E)Avaliação Ambiental Estratégica, Resumo Não Técnico:

Vol. I. Propõe-se que o património arqueológico deixe de estar integrado na categoria "património cultural construído de referência" para poder ser definido cabalmente. A sua integração como Fator Crítico de Decisão (FCD) está correta. Resta que se use na análise SWOT, de modo a que Oliveira do Hospital possa potenciar devidamente este recurso, o que permitirá dar cumprimento a uma das ações da estratégia 6.

Vol. II

. Nas págs. 187 e 188 a entidade que tutela o património classificado terá de ser alterada para passar a ser a Direção Regional de Cultura do Centro.

. Deve seguir-se a norma legal relativamente à possibilidade de se efetuarem achados arqueológicos fortuitos: estes, nos termos da Lei 107/01 de 8 de set., Artigo 78º nº 1, têm de ser comunicados à entidade que tutela os bens ou à autoridade policial, sem prejuízo de comunicar também à autoridade autárquica.

**GOVERNO DE
PORTUGAL**SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

. Na página 194, ao fazer a apresentação do Quadro de Governança, deve ser corrigido o nome da entidade que tutela o património arqueológico que deixou de ser o IGESPAR, IP para passar a ser a DGPC.

Face ao acima exposto e se revistos os aspetos supracitados, não se vê inconveniente no prosseguimento da proposta de plano para a fase seguinte.

Com os melhores cumprimentos

Pat A Diretora Regional

Dra. Celeste Amaro

GF_HM